

## ATA Nº14

----- **Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 23 de junho de dois mil e vinte e três.** -----

----- Ao vigésimo terceiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas e cinquenta e nove minutos, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelo(a)s senhor(a)s Madalena Marques Santos Simões Pinto e Tony Richard de Oliveira Almeida, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 21/04/2023;** -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

----- **C – Justificação de faltas;** -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

----- **F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: PROTOCOLO DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VAGOS AO CONSELHO DE FUNDADORES DA FUNDAÇÃO SERRALVES;** -----

----- **PONTO TRÊS: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO – APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA LOCAL –TAXAS PARA 2023.** -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Marques, Víctor Fernando Santos Neto, Sérgio Martins, Liliana Barreira, Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge e Hermes Fernandes, em substituição de Nuno Roberto Rodrigues Moura, eleitos na lista do PSD. -----

----- Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Rogério Paulo Soares, António Bastião, em substituição de Diana Ferreira Julião e Maria Lúcia Vieira, em substituição de Rodrigo dos Santos Capelo, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Gisela Simões, em representação de Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Rosa Martins, em representação de João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson

Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Maribel Julião, em representação de Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à sessão os senhores Deputados Nuno Roberto Rodrigues Moura, Xavier Prior Neto, Maria Helena Marques, Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora, João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e o(a)s senhore(a)s Vereadore(a)s Sara Caladé, Maria do Céu Marques e Pedro Miguel Carvalhais Bento. -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 21 de abril de 2023.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a ata, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na sessão. -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, no período compreendido entre vinte e quatro de abril e vinte e três de junho de dois mil e vinte e três. No uso da palavra, deu nota de que no dia três de maio decorreu a Assembleia Municipal Jovem, no Auditório do Centro de Educação e Recreio, com os alunos do Colégio de Calvão, da EPADRV e do Agrupamento de Escolas de Vagos. Esta foi a primeira sessão desta atividade e correu muito bem. Este tipo de iniciativa deverá ser repetido e melhorado, como é óbvio. Este foi o pontapé de saída, e é um momento essencial para atrair os jovens à política e à causa pública. A iniciativa correu muito bem, até pelas ideias que foram discutidas, pelos projetos que foram apresentados e pela forma como foram abordados alguns temas para a comunidade escolar, bem como para o futuro do Município. Este é um trabalho que deve ser feito por todos, que é trabalhar o aspeto da cidadania e da participação cívica. Esta é uma boa ação que pode e deve dar frutos no futuro. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos membros que não estão presentes na sessão de hoje. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Do público pediram para intervir a senhora Francisca de Jesus Gamelas, o senhor Paulo Grave, o senhor Victor Oliveira Conceição e o senhor João Luís Santos. -----

----- **Francisca Gamelas** – A senhora Francisca Gamelas usou da palavra para denunciar uma situação ilegal relacionada com a existência de casas móveis na rua Narciso Gravato, em Vagos. Disse que, na terça feira, dia dezasseis de maio de dois mil e vinte e três, pelas seis horas da manhã, foi colocada ilegalmente uma casa móvel de madeira, na rua Narciso Gravato. Na sexta feira, dia dezanove de maio de dois mil e vinte e três, novamente pelas seis horas da manhã, foi colocada

uma segunda casa no mesmo local. Essas duas casas móveis são um perigo para o bem-estar da sociedade e para a vila de Vagos. Estas casas móveis foram colocadas no meio florestal sem respeitar as normas urbanas, sem as inspeções de segurança, e com um risco elevado de incêndio para a floresta. A Câmara Municipal tem de assegurar a legalidade urbanística e a fiscalização do cumprimento das regras, e assim minimizar o nível de exposição a riscos coletivos. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social, são iguais perante a lei e devem cumprir as mesmas regras. A Câmara Municipal de Vagos tem de garantir que estas casas móveis, que são um perigo para a sociedade e para a vila de Vagos, sejam retiradas do meio florestal o mais rápido possível. -----

----- **João Luís Santos** – O senhor João Luís Santos usou da palavra e começou por referir-se à aplicação de herbicidas no Concelho de Vagos. O senhor João Luís tem verificado que quando se coloca herbicidas as pessoas que estão a executar o serviço andam em cima do trator, e não é só na vila, é no Concelho quase todo. O que se verifica é uma pessoa a conduzir o trator e outra com a mangueira a colocar nas margens. Deste modo o herbicida não vai cair em cima das ervas que estão nas bermas, uma vez que andam em cima do trator. O senhor João Luís alerta para esta situação essencialmente pela hora a que colocam. Existem horários específicos para fazer este tipo de serviços, ou seja, devem ser colocados a horas que não estejam pessoas nas ruas. -----

Por outro lado, deixa um outro alerta, para quem faz a capinagem. Antes de capinar não custa nada primeiro recolher os plásticos, porque quando se termina de capinar fica todo o lixo e detritos nas bermas e isso não é bom para os recursos hídricos. -----

Continuando, disse que há uns dois meses atrás teve um despiste numa estrada em frente à empresa Mistolin, quando ia de trator, por causa de um buraco. Na altura chamou à atenção e passado duas horas estava uma equipa, com martelos elétricos, a reparar o buraco, e foi injetado betão. No entanto, continua rebaixado dez centímetros o que também não é funcional e, por isso, há que terminar o serviço e executá-lo como deve de ser, porque os condutores têm de se desviar na mesma. A responsabilidade não é da Câmara, e sim da empresa que está à frente da obra, mas não se pode estar tanto tempo à espera que se conclua o trabalho, porque todos os dias passam lá veículos. -----

Por sua vez, referindo-se à extração ilegal de areias, o senhor João Luís relatou uma situação que viu. Disse que ia a passar de camião e foi descarregar na Rua da Senhora de Vagos, perto da vacaria do Valente. O dia em que passou foi quando andavam a fazer limpeza nas bermas das estradas, por causa das celebrações na Senhora de Vagos. Para espanto seu, e pela perigosidade que isso representa para os cidadãos, andavam a abrir um buraco onde passa uma tubagem que vai alimentar a zona industrial de gás. O trabalho andava a ser feito por uma pessoa que o senhor João Luís não conhecia e era com o intuito de fazer passar as águas derivadas da extração ilegal de areias, e pergunta o que é isto. Ali naquele local existe uma conduta de gás que tem normas. O senhor João Luís questiona porque é que esse senhor faz tudo o que lhe apetece no Concelho de Vagos e ninguém lhe faz nada. Neste momento não é só a extração ilegal de areias é, também, todo o perigo que isso traz para o Concelho e para muitos cidadãos e a Câmara Municipal não atua e não veda completamente a extração de areias já que não existe licença. Tem de se atuar. -----

Por fim, disse que um outro assunto que está a incomodar é o ataque das raposas. Neste momento, no Santo António, e porque a raposa ataca em todo o lado, mesmo que se feche os animais, têm sido mortos bastantes animais. Uma vez, quarenta galos, e de outra vez quinze perus. Neste sentido, pergunta o que é que o Município pode fazer para acabar com esta situação. -----

----- **Paulo Grave** – O senhor Paulo Grave usou da palavra e começou por referir-se ao monumento em homenagem aos Combatentes da Grande Guerra, instalado na Praça da República. O senhor Paulo Grave ouviu falar que a parte superior do monumento foi para recuperar, porque estava danificado, e queria confirmar se é verdade. Se realmente foi para reparar onde é que está e quando é que voltará a ser colocado no lugar. -----

A segunda questão abordada prende-se com a Quinta do Ega, ou seja, a Câmara Municipal, e bem, e o senhor Paulo Grave e outros vaguenses apregoam questões ambientais, e foram colocar mangueiras com tubos de rega gota a gota. O que acontece é que essas mangueiras estão escondidas nas sebes, na parte mais a oeste da parte norte do parque, isto é, estão a ser colocados plásticos dentro da ria, o que não deve ser. Esta situação deverá ser corrigida o quanto antes. -----

A terceira, e última questão, teve a ver com o Palacete Visconde de Valdemouro. O Palacete ruiu, e o senhor Paulo Grave não pretendendo entrar em questões técnicas, porque diz que não tem formação para isso, solicita ao senhor Presidente da Câmara para fazer tudo o que esteja ao alcance da Câmara Municipal, para que se chegue a um consenso, para a recuperação do Palacete. O Palacete é uma das poucas coisas que Vagos ainda tem, falando em monumentos registados. Continuando, disse que este não é um pedido só dele, mas é também de diversos vaguenses que estão lá fora, porque ouviram num programa de rádio dizer que bastava ir à Câmara Municipal consultar o projeto. Há pessoas que estão fora e não têm essa possibilidade. Neste sentido, pergunta se seria possível à Câmara Municipal colocar os projetos no site, para poderem ser consultados e, deste modo, todos vaguenses, tanto os que estão cá como os que estão no estrangeiro, poderem consultar. -----

----- **Victor Oliveira Conceição** – O senhor Victor Oliveira Conceição usou da palavra e, referindo-se ao projeto de acesso à Zona industrial, disse que efetivamente não eram duas folhas A4, mas sim três folhas A3 que foram mostradas. Contudo, não é isso que o traz aqui e sim o facto de depois de se ter reunido com empresários da Zona Industrial eles terem perguntado como é que está esse projeto, quando é que vai haver a estrada e qual é a percentagem de conclusão. É uma questão simples, e sugeriu que esse também é um dos projetos que pode estar disponível no *site* para poder ser consultado. -----

A segunda questão que colocou teve a ver com as passadeiras. O senhor Victor Oliveira disse que não vai pôr em questão quando é que vão ser feitas. A única coisa que pretende saber é qual a prioridade da Câmara Municipal em relação à pintura das passadeiras. As crianças que estudam na zona escolar e desportiva estão a ser colocadas em perigo por uma prioridade que não se sabe qual é. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. -----

Em relação à intervenção da senhora Francisca Gamelas, o senhor Presidente disse que não podia estar mais de acordo com o que referiu. As casas móveis ilegais têm sido o combate da Câmara Municipal e do próprio Presidente, que tem feito muito esforço, nomeadamente, para dizer às pessoas que essas casas requerem licenciamento tal como as outras. Neste momento, continua a haver muitos vendedores dessas casas que enganam as pessoas. Vendem as casas e dizem que não é necessário licenciamento por serem, aparentemente, móveis. Para que fique claro, todas as construções e todas as edificações que requeiram ligação à água, à eletricidade e ao saneamento requerem licenciamento. Só o método construtivo é que é diferente. A Câmara Municipal já teve muitos problemas para resolver relativamente às casas móveis, porque continua a haver procura deste tipo de soluções e as pessoas acham que essas casas não são objeto de licenciamento. No caso concreto, aqui apresentado pela senhora Francisca Gamelas, que já o tinha feito na Câmara Municipal, foi levantado um auto e o processo administrativo está a decorrer. Normalmente, estes processos são morosos. O senhor Presidente disse que não sabe se as edificações em causa são licenciáveis, ou não, mas isso terá de ser tudo verificado e, se for licenciável, as pessoas podem fazê-lo. Se não for licenciável, têm que remover as casas. Contudo, este não é um processo que é imediato e as pessoas ficam ali com um problema, eternamente, porque a Câmara Municipal nunca autorizará a ligação à EDP e nem à AdRA. Para evitar estes problemas é bom que as pessoas se informem primeiro do que é que é necessário. O senhor Presidente agradeceu à senhora Francisca Gamelas ter alertado para a situação, com a qual concorda plenamente, e assegura que a Câmara Municipal agirá em conformidade dentro do quadro legal que tem ao seu dispor para repor a legalidade. No entanto, reiterou que se trata de um processo que levará o seu tempo. Não é imediato.

Em relação à intervenção do senhor João Luís Santos, no que respeita à colocação dos herbicidas e à capinagem, disse que esse trabalho é alvo de uma delegação de competências nas Juntas de Freguesia. A Câmara Municipal já pouco faz esse trabalho. De qualquer forma as recomendações que fez são bastante pertinentes e a Câmara Municipal contactará os senhores Presidentes de Junta a alertar as cautelas que deverão ser tidas em conta na aplicação destes produtos. A maioria dos Presidentes de Junta têm essa informação, e essa noção, e os funcionários das Juntas estão habilitados a aplicar os fitofármacos. -----

Relativamente ao buraco na estrada, em frente à Mistolin, disse tratar-se de uma estrada que foi objeto de empreitada e ainda está dentro da garantia. O que aconteceu é que houve um abatimento, o trabalho foi “semi” feito, e terá de ser, obviamente, concluído. Na próxima segunda feira já se procurará saber junto do empreiteiro o que é que aconteceu para a situação não estar, ainda, devidamente reparada. -----

Quanto à exploração ilegal de inertes, o senhor Presidente disse que está em desacordo com o senhor João Luís, quando o mesmo questiona porque é que a Câmara Municipal não atua. Ao invés, o senhor Presidente perguntou ao município que garantias é que ele tinha de que a Câmara Municipal não tem atuado, porque fazer uma acusação destas requer saber o que se está a dizer. Continuando, disse que este é um assunto bastante sensível, e, ele próprio e a Câmara Municipal têm estado ao corrente da situação, com exceção da questão da rede do gás, que não era do seu conhecimento,

mas pode afirmar que a Câmara Municipal, até ao momento, tem atuado e está atenta. Neste momento, não existe nenhum título válido que autorize qualquer tipo de movimentação de máquinas e viaturas nesse espaço. O que se tem de fazer é cumprir com as obrigações e é isso que a Câmara Municipal tem feito, cumprindo escrupulosamente com aquilo que lhe é devido. -----

Sobre a caça à raposa, disse que é um assunto que terá de ser encaminhado para o Conselho Cinegético, e sobretudo para o Clube de Caçadores de Vagos. A Câmara Municipal tem, desde há muitos anos, protocolado com o Clube de Caçadores de Vagos o controle cinegético das espécies. Há uns anos fizeram-se alguns contactos e fez-se esse encaminhamento sobre a questão do javali. Ultimamente não houve notas sobre nenhum tipo de situações dignas de registo, mas aquilo que se fará será dar nota ao Clube de Caçadores de Vagos, porque é esta entidade quem tem competência para fazer as batidas à raposa e aos javalis, as duas espécies que mais importunam no Concelho de Vagos.-----

Relativamente às questões do senhor Paulo Grave, acerca do monumento dos Combatentes da Grande Guerra, disse que ele estava danificado e, neste momento, está a ser reparado por uma empresa. A informação que dispõe é que daqui por uns quinze dias estará repostos. -----

Quanto à questão dos tubos na Quinta do Ega, disse que está de acordo e os mesmos terão de ser retirados, pelo que irá dar nota aos serviços para fazerem esse trabalho. -----

Quanto ao Palacete, disse que desde o dia em que o Palacete ruiu garantiu a todos os vaguenses que no fim da obra o edifício estará exatamente igual àquilo estava antes de ruir. Esta foi a garantia que deu a todos os vaguenses, que se mantém, na defesa dos interesses do Município de Vagos, tal como concluir a obra o mais rapidamente possível. A obra continua a decorrer dentro da normalidade possível e todos os assuntos são discutidos em sede própria, e a sede própria para a maioria dos assuntos é a Câmara Municipal, que tem competências próprias. -----

Em relação à sugestão, de ter os projetos disponíveis no *site* da Câmara Municipal, poderá haver uma impossibilidade técnica, mas irá verificar junto dos serviços a sua viabilidade. De qualquer forma poderá não ser esse o interesse do cidadão, porque nem todos são capazes de ler um projeto específico. O interesse do cidadão poderá ser a de ver as telas finais, ou seja, ver como vai ficar o final da obra. Estas são obras levadas a concursos públicos, com processos absolutamente transparentes, que são fiscalizados pelo Tribunal de Contas. No caso específico desta obra até houve contestação de um concorrente. O processo foi levado até ao Supremo Tribunal Administrativo, que deu razão ao Município de Vagos, relativamente ao ato de adjudicação. Aquilo que é a transparência do processo é assegurada nos seus termos próprios. Nas questões subjacentes nunca houve nenhum objetivo de esconder o que quer que seja, nem relativamente a esta empreitada, nem a qualquer outra. -----

Em resposta ao senhor Victor Conceição, o senhor Presidente disse que em plena campanha eleitoral o senhor Victor Oliveira, candidato do CHEGA à Câmara Municipal de Vagos, foi convidado para ir verificar o projeto e, mesmo assim, não conseguiu vê-lo, porque viram três páginas quando lá estava o dossier completo. Também houve outras afirmações, do género, onde é que a Câmara Municipal ia conseguir comprar tantas parcelas, e que era impossível fazê-lo, para a execução da

ligação da A17 à Zona Industrial de Vagos. Neste momento já estão adquiridas 70% das parcelas de terreno necessárias para aquela obra. Há uma série de afirmações que o CHEGA faz e arranjam problemas onde não existem, lançando suspeitas sobre tudo e todos, mas também nunca apresenta nenhuma solução. -----

Em relação à disponibilização dos projetos *on line* disse que será desnecessário, mas algumas partes, nomeadamente a arquitetura, poderão estar disponíveis. -----

Relativamente ao acesso à Zona Industrial, o projeto está pronto para lançar a concurso, mas só irá ser feito quando houver um número maior de parcelas adquiridas, porque o concurso ainda vai demorar. Os 30% que falta adquirir serão talvez os mais difíceis de adquirir e, portanto, haverá ainda algum tempo para negociar. Entretanto, também é necessário arranjar meios de financiamento e a Câmara Municipal tem vindo a trabalhar essa questão, porque não é fácil fazer obras sem financiamento e não havendo receitas próprias terá de se recorrer a empréstimos ou arranjar soluções de financiamento através de fundos comunitários, ao qual a Câmara Municipal tem vindo a apostar/candidatar e tem tido algum sucesso. -----

Em relação à pintura das passadeiras, disse que é um trabalho que tem vindo a ser feito e tem sido dada prioridade àquelas que estão mais apagadas. Esse é um trabalho que vai sendo elencado com os senhores Presidentes de Junta. O que se tem feito é tentado ir àquelas que estão mais gastas. É esta a priorização. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **António Bastião** – O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e perguntou como estão a decorrer as obras de saneamento no Covão do Lobo. Questionou também se foi por esquecimento que ainda não foi colocada a placa sinalética em relação ao Trilho da Lontra, que devia ficar junto à igreja, e, na estrada que vai de Rines a Sanchequias, disse que falta sinalização a indicar o Centro Escolar, pelo que seria importante colocar uma placa de sinalização. -----

----- **José Martins** – O senhor Deputado José Martins usou da palavra para questionar o senhor Presidente acerca do trânsito pesado na vila de Vagos, ou seja, para quando uma solução. O senhor Deputado não costuma falar em assuntos próprios, mas hoje irá abrir uma exceção. Ele tem um terreno na zona da Senhora de Vagos que é confrontado com a vala que tem tido umas mudanças de cor e de cheiro todos os invernos. O senhor José Martins não gostava que se resolvessem as coisas como normalmente é resolvido pelo PS, isto é, na altura dos incêndios fala-se dos incêndios, na altura das cheias fala-se das cheias e na altura da seca fala-se da seca, mas resolver não se resolve. Este problema, dessa vala, já aqui foi falado várias vezes. O senhor Deputado não sabe qual é a razão e, por isso, gostava que lhe dissessem o porquê. Também nessa zona a via ciclável precisa de uma solução urgente, porque está muito perigosa nesse pontão. As pessoas, para circularem, têm de se desviar para a estrada. -----

----- **Filipe Jorge** – O senhor Deputado Filipe Jorge usou da palavra e perguntou se o Executivo Municipal pretende resolver o projeto Flamingo, que nunca funcionou a 100% e que está neste

momento a funcionar só com um arejador e vem aí o Verão. Questionou também sobre se o processo de iluminação do Barreiro vai avançar e pediu que seja o mais rapidamente possível, para este verão ainda. Por fim, questionou o senhor Presidente da Mesa para saber se é mesmo necessário aguardar meia hora para se iniciar a sessão, ou seja, a meia hora depois que consta no agendamento dos trabalhos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia esclareceu que não é necessário aguardar esse tempo e aproveitou a pergunta do senhor Deputado para apelar a todos os senhores Deputados para chegarem a horas, porque, assim que ficar garantida a existência de quórum, inicia-se a sessão. Assim, se às dezoito horas e trinta estiverem Deputados suficientes para se iniciar a sessão, não há nenhum inconveniente em começarem os trabalhos. Tem é de estar garantido o quórum. Por fim, insistiu nesse apelo, no sentido de ser respeitado o horário, e as próximas sessões iniciarem os trabalhos às dezoito horas e trinta minutos. -----

----- **Bruno Julião** – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que o PS pensa sempre nas coisas com a antecedência necessária e, por isso, quer saber, e porque interessa a todos que corra bem, sobre o início da época dos incêndios. De facto, está-se a entrar num período em que as condições ambientais e climatéricas começam a ser desafiantes para este problema e, nesse sentido, seria útil que a Câmara Municipal desse nota de algumas informações sobre essa matéria, designadamente sobre o grau de prontidão dos meios da Proteção Civil, que meios é que estão ativos, e por ativar dos meios de vigilância e deteção de incêndios. Não menos importante, e porque é um trabalho que tem de ser feito, até estes momentos, qual é a lista de ações de sensibilização que têm vindo a ser feitas junto das populações no quadro das competências da Comissão Municipal de Proteção Civil, de acordo com a legislação aplicável, em articulação com as Juntas de Freguesia, que têm esse dever de colaboração. -----

A segunda questão que apresentou teve a ver com a Gafanha da Boa Hora e com uma matilha à solta na Praia da Vagueira. O senhor Deputado bem sabe que não é fácil apanhar estes animais, mas a verdade é que continuam a trazer problemas para a população e gostaria de saber se a Câmara Municipal tem conhecimento da situação e se tem procurado resolvê-la. -----

Ainda sobre a Gafanha da Boa Hora, referiu-se a uma alteração na sinalização na Rua Albino Pinto Oliveira, na sequência de uma obra que está em curso, e faz com que uma via de sentido único passe a ser uma via de dois sentidos, tanto mais que faz com que facilmente os condutores entrem em contramão. -----

----- **Andreia Marques** – A senhora Deputada Andreia Marques usou da palavra e começou por dar uma palavra de enaltecimento e congratulação por mais uma edição do Vagos Sensation Gourmet e, paralelamente, pelo evento apresentado no âmbito do Turismo referente à Casa Gandaresa. ----- De seguida, solicitou ao senhor Presidente da Câmara um esclarecimento sobre os esforços que foram encetados, quer pelo grupo de trabalho criado pela Assembleia quer pelo próprio, no que diz respeito ao encerramento de algumas unidades de saúde, que se mantêm encerradas. A senhora Deputada gostaria de saber se há algum feedback das autoridades de saúde locais e nacionais quanto a esta matéria. -----

----- **Rogério Soares** – O senhor Deputado Rogério Soares usou da palavra e referiu que há cerca de dois anos foi feito um alcatroamento na Rua da Feira, que liga Salgueiro a Fontão, e aplicado lancil. Entretanto, passaram-se dois anos, o passeio não está executado e pergunta para quando está previsto ser feito. -----

De seguida, questionou sobre a ligação de Salgueiro a Vale d'Ílhavo, através da rua da Gândara que liga à Rua do Sol. A estrada está obstruída com acácias, ramos e árvores onde dois carros ligeiros não se cruzam. O senhor Deputado deixa este reparo para ver se encontram uma solução para esta situação. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que vem falar da obsessão que o senhor Presidente tem sobre os métodos do CHEGA, se são mais ou menos construtivos. Não era para falar do Palacete, mesmo não sabendo se é construtivo ou não, mas é o exemplo que está mais à mão. Não sabe se não seria mais construtivo ter conhecimento daquilo que se passa, eventualmente até usando o relatório, que não sabia que era tão secreto, lançar a discussão e debater o assunto. Quem lhe facultou o relatório sabe que este está habilitado para aquele tipo de documentos. O senhor Deputado pergunta se não será construtivo poder dizer, com base no relatório, se o Palacete ruiu por causa de uma sucessão de incidentes, que tem responsáveis, e, se não, se pode ter isso em conta para tomar decisões. Numa casa que faz relatórios tão bonitos do Estatuto de Direitos da Oposição, o senhor Deputado não terá direito a poder ter conhecimento destas coisas e a afirmar isto? Pergunta. A prática do senhor Deputado aqui é muito construtiva. Simplesmente tem de se decidir se é para estar do lado da verdade ou se é para estar do outro lado, ou seja, não querer saber a verdade. Para terminar, elogiou o Lidl por ter conseguido fazer uma rotunda em poucas semanas. É possível fazer rotundas em poucas semanas. Não são precisos meses nem anos. -----

----- **Alexandre Marques** – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra para colocar duas questões. A primeira prende-se com o ponto de situação da discussão pública do PDM. A segunda, diz respeito ao ponto de situação da obra na Rua da Fonte. -----

----- **Sérgio Martins** – O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que nos últimos dias chegou ao seu conhecimento, que está a haver alguma dificuldade no acesso das crianças que saem do ensino Pré-Escolar para o 1º Ciclo, nomeadamente pessoas residentes das Freguesias do Concelho e que estão a ser encaminhadas para outras zonas. O senhor Deputado questiona qual o ponto de situação, se de facto há um aumento demográfico tão grande em Vagos, que neste momento as crianças tenham de sair das suas próprias terras. Seria útil tentar perceber se a Câmara Municipal tem mais alguma informação que possa disponibilizar. -----

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que não sabe se o senhor Presidente da Câmara tem essa noção, mas o trânsito em Vagos é um megaproblema. Não é a questão do caso A ou do caso B. É um problema que os vaguenses sentem no seu dia-a-dia. Em relação à Rua da Fonte foi aberto uma parte ao tráfego e, pelo que parece, as pessoas ainda não perceberam que aquela via agora é de sentido único. Todos os dias há pessoas em contramão, a sinalização é péssima, quer de um lado quer do outro, como nas laterais, e, por isso, o senhor

Deputado pergunta para quando uma solução. Entretanto, perguntou como é que funciona a Comissão de Trânsito e como é que são feitas as alterações das placas rodoviárias. Ainda esta semana perto da Rua da Fonte colocaram umas placas que não se percebe muito bem a motivação, independentemente de estarem bem ou mal colocadas, mas não se percebe porque é que houve mudanças. O que acontece é que os cidadãos não podem ser confrontados de um dia para o outro com este tipo de mudanças, sem perceberem a lógica. Também em relação à Rua da Fonte questionou o senhor Presidente sobre o que terá acontecido à Praça Dr. Frederico de Moura. O estacionamento todo na Rua da Fonte foi totalmente alterado, algum sem sentido, mas naquele início da Rua da Fonte o que é que aconteceu à Praça e onde é que está a placa que diz “Praça Dr. Frederico de Moura”, que é muito importante. Em relação ao final da Rua da Fonte a questão que foi aqui colocada é muito pertinente, ou seja, se a Câmara Municipal não tem condições de em ano e meio ter uma rotunda própria, então entregue-a ao Lidl. Já se percebeu que o Lidl, no prazo de duas semanas, consegue fazer uma rotunda. Por fim, e ainda em relação ao tráfego, há uma pista ciclável de Vagos para a Vagueira, mas depois não há na Gafanha da Boa Hora nem na Vagueira. Os ciclistas deixam de ter capacidade de ter uma via segura para continuar a pedalar. -----

----- **Óscar Lopes** – O senhor Deputado Óscar Lopes usou da palavra e questionou o senhor Presidente da Câmara sobre as consequências políticas do incidente ocorrido no Palacete Visconde de Valdemouro, passadas, presentes e futuras. -----

----- **Juan Carlos Martins** – O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e deixou as felicitações pelas Comemorações do 25 de Abril, pela forma como foi organizada e como correu. Felicitou a Câmara Municipal pela iniciativa “O Afonso alerta”, que teve lugar nas escolas do Município, a alertar as crianças para os perigos da praia. Agradeceu também à Câmara Municipal por estar atenta às situações que as IPSS’s estão a passar, não só a nível do Concelho de Vagos, mas também a nível nacional, e neste caso específico com as instituições do Concelho. A Câmara Municipal proporcionou uma reunião na Segurança Social, com todos os técnicos e diretores, com todas as instituições do Concelho de Vagos. Durante cerca de duas horas e meia discutiu-se os problemas das Instituições e aquilo que a Segurança Social poderia fazer. Nesta reunião esteve presente o diretor, Dr. Fernando Mendonça, e todos os técnicos da Segurança Social, assim como todos os técnicos das IPSS’s do Concelho de Vagos. Deixou também um agradecimento ao CLDS, que foi um programa que terminou na semana passada e que durou três anos. Este era um programa da Santa Casa da Misericórdia com a parceria entre a Câmara Municipal e a Associação Betel. No encerramento houve um debate sobre incêndios, extremamente interessante, e o Eng<sup>o</sup> que esteve presente mostrou-se muito preocupado com a prevenção que não existe. As palavras que esse Eng<sup>o</sup> utilizou, e mostrou com dados da OCDE, nacionais, foi que dinheiro não falta. Falta é vontade de organizar. Em termos de prevenção existe aquilo que se debate há anos. Não é só deste Governo. É a organização das florestas, que não se faz. Esta situação é preocupante porque estamos na altura dos incêndios. Questionou também sobre o ponto de situação dos transportes públicos, e o contrato do Município de Vagos e o resto dos Municípios da CIRA. Em relação à transferência de competências perguntou em que ponto é que está a questão do património e da EN109. Já são

várias as sessões em que o assunto aqui foi abordado e era importante perceber em que situação se encontra esta questão. Relativamente ao centro de recolha do lixo perguntou em que ponto é que está e para quando, perguntou. -----

----- **Hugo Santos** – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e começou por elogiar a iniciativa “O Afonso alerta” e deixou uma sugestão, ou seja, em vez de ser uma sessão em contexto tão alargado, no Pavilhão, fazer em contexto de sala de aulas. As sessões terão mais sucesso. Questionou também sobre a previsão dos alcatroamentos na Freguesia de Ouca. -----  
Continuando, disse que, no ano passado, o PRR teve um aviso em que havia um pequeno montante para uma intervenção nos cuidados de saúde primários no Concelho de Vagos, nomeadamente na Unidade de Saúde da Gafanha da Boa Hora e na USF Nossa Senhora de Vagos. O senhor Deputado pergunta se Vagos chegou a fazer a candidatura, ou não, apesar de ser um montante bastante baixo. No passado dia dezasseis abriu mais um aviso para o PRR dos cuidados de saúde primários com mais respostas e neste não há qualquer intervenção do Concelho de Vagos. O senhor Deputado tinha ideia de haver um projeto para alargamento da USF de Vagos e foi com alguma surpresa que verificou que não se encontrava inserido neste aviso. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado António Bastião, relativamente saneamento de Covão do Lobo e Fonte de Angeão, disse que está tudo a correr dentro da normalidade. Estão a decorrer duas empreitadas ao mesmo tempo, num valor aproximado de dois milhões de euros. É um investimento muito forte que se está a fazer a sul do Concelho. -----

Em relação às placas de sinalização, o senhor Presidente disse que tem a ideia de que em relação ao Centro Escolar já há uma, na estrada Rines-Sanchequias, e que em relação ao Trilho da Lontra, poderá ser melhorado e será feita a colocação da placa. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado José Martins, relativamente ao trânsito pesado na vila de Vagos, disse que é um assunto que não se vai conseguir ultrapassar enquanto não houver a ligação da zona industrial à A17, e também porque a EN109 ainda não está sob tutela da Câmara Municipal. A este propósito, e aproveitando a oportunidade para responder também ao senhor Deputado Juan Martins, disse que essa foi uma das solicitações que fez aquando da visita do senhor Primeiro-Ministro, onde referiu que Vagos continuava a aguardar pela transferência de competências na EN109. Continuando, disse que ainda ontem foi discutido em Comissão de Trânsito uma série de proibições de tráfego de pesados no Concelho, embora os que vão para a zona industrial tenham de continuar a passar. Aqueles que apenas passam por cá, não deixam cá nada, só destroem, com a agravante de que, cada vez que se alcatroa uma estrada, os camiões começam a passar por lá e fica logo a via toda degradada, e mais cedo do que seria espectável. Por sua vez, disse, há a proximidade ao Porto de Aveiro que traz vantagens, mas também traz essa desvantagem. Quando há descarregamentos de navios os camiões é que fazem o transporte, um problema do país, que devia estar a apostar na ferrovia e continua com este marasmo que se vê. Este Governo em sete anos pouco fez, ou nada, relativamente a essa matéria. Enquanto se continuar a incrementar a

economia e a haver crescimento económico a situação de viaturas pesadas continuará e têm de ser conduzidas para o único sítio razoável que é a EN109, a única que tem essa classificação, embora continuem a passar na vila e assim será sempre difícil. Enquanto não houver outra solução terá de ser assim. No entanto, a Câmara Municipal irá estudar soluções para minimizar o impacto nas ruas laterais e tentar desviar o máximo para a EN109. O senhor Presidente defende que os veículos pesados devem pagar uma tarifa e poder viajar sempre nas autoestradas, porque não faz nenhum sentido ter uma autoestrada aqui ao lado e os veículos pesados continuarem a atravessar a vila e a fazer este percurso. Mesmo do ponto de vista económico é duvidoso que tenha alguma mais valia. Quanto à vala na zona industrial a informação de que tem conhecimento é que havia uma questão que foi detetada e acompanhada junto da empresa responsável, através dos serviços do ambiente, e que, à data de hoje, o problema está resolvido. Não tem havido mais drenagem de águas para esta vala. Aquela vala tem um problema de raiz, isto é, não corre para lado nenhum, uma vez que, alguns metros à frente do pontão, está bloqueada. Ou a água se infiltra ou fica lá. A Câmara Municipal tem de estar atenta é às afluências indevidas, provenientes das empresas. As empresas, para tudo o diga respeito aos seus sistemas de rejeição de águas residuais, têm de fazer o seu tratamento prévio e têm de enviar esses caudais devidamente tratados para o saneamento, que é o local próprio para esse fim. Quando é colocado em condutas para águas pluviais tem esse problema, ou seja, vai desaguar à vala e isso não poderá ser um processo considerado válido pela Câmara Municipal. É esse o trabalho que tem sido feito junto das empresas. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Filipe Jorge, sobre o Projeto Flamingo, disse que não é verdade que nunca tenha funcionado. O projeto funcionou, mas, de momento, está com um problema e terá de ser reparado. -----

Quanto à iluminação do Barreiro, disse que será feita este ano. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Bruno Julião, sobre a época de incêndios, o senhor Presidente disse que, no que diz respeito ao trabalho da Câmara Municipal, em conjunto com as Juntas de Freguesia, já foram afixados os editais, necessários nesta altura do ano, e os demais avisos. A Câmara Municipal fez ainda a limpeza de doze hectares de terreno respeitante à faixa de combustível, que era sua competência, relativamente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Por sua vez, a GNR também fez o seu trabalho, tendo levantado quarenta e nove autos de contraordenação, sendo que deste total catorze já foram limpos, dezassete irão ser limpos no imediato, e os outros aguardam. Em relação à questão do dispositivo distrital, que agora é sub-regional, disse que já foi feita uma primeira reunião com a preparação da época de incêndios. Os meios estão no terreno e só há uma razão de queixa, muito forte, da Administração Interna, ou seja, a região de Aveiro foi a única que não teve um convite/aviso para a colocação de videovigilância. Aveiro é a única região do País que não teve acesso a esse meio. Entretanto, têm sido feitas as diligências junto da senhora Secretária de Estado da Proteção Civil e aguarda-se que essa situação seja revista em breve. Relativamente aos meios, eles estão operacionais e no terreno prontos para responder às necessidades. -----

Quando à questão das matilhas, disse que já foram capturados vinte e tal animais, sendo que muitos deles eram cachorros e foram dados para adoção. Neste momento, estão cinco no parque de matilhas, que foi construído para o efeito. O parque de matilhas já foi visitado por duas Autarquias, por indicação do ICNF como indicação de uma boa prática. O grande problema é capturar os animais. Tem-se trabalhado com os cuidadores no sentido de tentar capturar as matilhas, mas não está fácil, porque os animais têm fugido às armadilhas. Ainda por cima, algumas pessoas não respeitam o trabalho que se está a fazer, porque alimentam os animais fora do espaço da armadilha, incentivando a que não sejam apanhados, pois tendo outro sítio para comer não vão comer à armadilha. Está resolvida uma parte do problema, mas a intenção é resolvê-lo na totalidade, sendo a parte da captura a mais difícil. O parque de matilhas está pronto para receber as duas matilhas da Praia da Vagueira, porque, na verdade, há duas, uma matilha a norte e outra a sul. -----

Em resposta à intervenção da senhora Deputada Andreia Marques, em relação ao Gândara *TourSensation*, disse que correu muito bem. Foi um primeiro passo importante para a preservação e conservação das casas gandraesas. -----

Quanto ao *Vagos Sensations Gourmet* disse que realizar-se-á no próximo fim de semana e estão todos convidados para participar, e espera-se que corra como as outras edições. -----

Em relação aos encerramentos das unidades de saúde não há qualquer novidade. O senhor Presidente disse que foi contactado há cerca de três semanas por um assessor do senhor Ministro da Saúde, que enviou o protocolo para a descentralização de competências. O protocolo ainda não foi assinado. Está a aguardar pelos passos seguintes por parte do Ministério em relação à reunião que se realizou e que foi bastante proveitosa. Não houve nenhum desenvolvimento para além daquilo que já informou. Continuamos à espera de contactos e de evoluções e não há necessidade nenhuma de se assinar a transferência de competências à pressa. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Rogério Soares, sobre a estrada Salgueiro-Vale de Ílhavo, o senhor Presidente disse que tomou nota do assunto. -----

Quanto ao facto de a Rua da Feira ainda não ter passeios, disse que é preciso fazer-se alguma gestão financeira, e ainda não houve essa possibilidade. Irá tentar fazê-lo o mais brevemente possível. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana, o senhor Presidente começou por referir-se aos métodos do CHEGA, dizendo que 80% da intervenção até foi aceitável, mas depois termina sempre à CHEGA, e o que se tem de fazer é perceber a forma como este partido está na política, que não é a forma de mais nenhum, e questionarmos de que lado é que se quer estar: se do lado da verdade, ou do lado da mentira. Continuando, o senhor Presidente disse que quer é estar do lado dos vaguenses, assim como os vaguenses sempre estiveram ao lado da Câmara Municipal, porque têm redobrado a sua confiança neste Executivo. Aquilo que foi dito sobre a questão do Palacete, e repete, é que não é relevante como é que o senhor Deputado teve acesso ao relatório. Ele não é secreto, mas obviamente para defesa dos interesses do Município convém que seja trabalhado de forma mais parcimoniosa, e não na rádio e noutros meios. Mas o CHEGA está muito pouco preocupado com os interesses do Município. Está é preocupado com os seus próprios

interesses, e tem de se aprender a lidar com isso. Os interesses do Município serão sempre defendidos pelo Presidente da Câmara, como sempre foram nestes dez anos em que foi Presidente e nos quatro anos em que foi Vereador, e assim continuará a ser enquanto for Presidente da Câmara Municipal. Aquilo que disse, e repete, é que o Palacete será reconstruído e o Município não será penalizado, sendo que o trabalho que vier a ser feito, atendendo às circunstâncias, será mais benéfico. A única coisa que nunca fará é ir para um fórum público insinuar e chamar garotos e rapaziada, porque tem a política como uma atividade nobre, e continuará a ter. -----

Quanto à questão da rotunda do Lidl, podia até dar os parabéns ao Lidl por ter feito uma rotunda em dois meses, mas também felicitar a Câmara Municipal por ter conseguido que o Lidl fizesse a rotunda a custo zero. Mas, lá está, isso requereria alguma seriedade política, difícil de obter por parte do senhor Deputado. E, continuando, disse que a rotunda do Lidl não demorou dois meses. Demorou três anos e dois meses. Os três anos foi o tempo que esteve parado nas Infraestruturas de Portugal à espera da autorização, porque a rotunda já está contratualizada com o Lidl desde que a Câmara Municipal vendeu o terreno. Se não fosse o IP a atrasar tanto o processo a rotunda já teria sido feita há muito mais tempo. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Alexandre Marques, relativamente à discussão pública do PDM, disse que a mesma terminou no dia doze de junho e houve duzentas participações, que agora estão a ser analisadas pelos serviços para se poder depois dar seguimento ao processo. Quanto ao ponto de situação da Rua da Fonte, disse que a Câmara Municipal tem pressionado o empreiteiro para concluir a obra. No fim de todo o processo a Câmara Municipal terá de analisar as consequências que tirará dele. Mas, neste momento, tem é de se pressionar o empreiteiro para ele terminar a empreitada o quanto antes. Já esta semana houve uma questão do subempreiteiro da parte elétrica e, até nisso, teve de ser a Câmara Municipal a ajudar a resolver. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Sérgio Martins, sobre o ensino Pré-Escolar, disse que há um problema grave, isto é, há muitos alunos. A Câmara Municipal tem tentado falar com o Agrupamento de Escolas de Vagos sobre o assunto, mas não é fácil resolver, porque há muitos alunos e, por exemplo, há quinze alunos para entrar no Pré-Escolar e só há cinco a sair. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar, relativamente às mudanças de sinalização e sentidos de trânsito, disse que as mesmas são analisadas em sede de Comissão de Trânsito e, normalmente, é a pedido das Juntas de Freguesia. -----

Em relação à placa da Praça Dr. Frederico de Moura será colocada no sítio quando a obra estiver concluída. -----

Quanto às ciclovias, a Câmara Municipal já fez mais de trinta quilómetros de ciclovia. Portanto, está a trabalhar neste âmbito. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Óscar Lopes, sobre as consequências políticas, do incidente no Palacete, disse que, normalmente, as consequências são tiradas pelos eleitores. No fim da obra existirão consequências técnicas que irão ser analisadas, no quadro de competências da Câmara Municipal, e de quem são as responsabilidades. As consequências políticas, no fim, o povo dará o seu veredito final, em dois mil e vinte e cinco. -----

No que respeita aos transportes públicos foi feito o primeiro lançamento do contrato com a BUSWAY, que será tornado ainda mais público no dia onze de julho. -----

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referindo-se novamente à questão do trânsito e do tráfego questionou como é que funciona a Comissão de Trânsito. Se tem funcionado de forma regular; quem é que convoca; qual é a ordem de trabalhos; se há alguma estratégia; o que é que decide e como é que é publicitado. Tendo em conta a prática que existe não se fica muito convicto sobre se há de facto uma ação estruturada e pensada ou se é um pouco, como dizia o senhor Presidente da Câmara, a pedido. Esta semana foi colocada uma placa a proibir o trânsito de pesados à sua porta, mas, disse, que fique claro que não foi a seu pedido. De facto, faz jeito, mas nunca tinha ouvido falar daquela possibilidade e, por isso, foi uma surpresa. Uma outra nota tem a ver com o funcionamento dos serviços públicos na pandemia e no pós-pandemia, já aqui falado. Há uma série de queixas de munícipes sobre o funcionamento de alguns serviços da Câmara Municipal, nomeadamente perguntando se o serviço de obras só funciona da parte da manhã ou se também recebe os munícipes da parte da tarde. Pelos vistos tem havido bastante dificuldade em contactar com esses serviços da parte da tarde. -----

----- **Hugo Santos** – O senhor Deputado Hugo Santos voltou a usar da palavra e referiu que as questões que fez, na sua anterior intervenção, não foram respondidas. Entretanto, colocou mais uma questão, ou seja, foi divulgado há pouco tempo um aviso do Portugal 2030, isto em termos de educação, e Vagos está num contexto paradigmático diferente das outras Autarquias. Precisa de mais acessibilidade à educação. O senhor Deputado fica preocupado porque em termos de investimento aquilo que o Portugal 2030 prevê é a racionalização do Pré-Escolar e do Ensino Básico e dá ênfase à requalificação do 2º e 3º ciclos. Neste sentido, pergunta se não irá haver alguma dificuldade tendo em conta que o Concelho de Vagos tem cada vez mais crianças e as salas, quer dos Jardins de Infância quer do Ensino Básico, não conseguem comportar isso, e ainda se não será preciso requalificar os estabelecimentos de ensino por causa disso. -----

----- **Juan Carlos Martins** – O senhor Deputado Juan Carlos Martins voltou a usar da palavra e referiu que ficaram por responder algumas das questões que colocou e deixou mais uma. O senhor Deputado, e a maioria dos vaguenses também, ficou surpreendido quando viu na televisão a visita do senhor Primeiro-Ministro ao Concelho de Vagos, à fábrica das bicicletas, e não sabia de nada. É muito positivo, é sinal que o desenvolvimento económico do Concelho é reconhecido pelo Governo, assim como o trabalho que é feito, também e principalmente, pelos empresários. O senhor Deputado pergunta o que é que aconteceu, porque ninguém soube de nada. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana voltou a usar da palavra e falou sobre sermos mais construtivos na defesa dos interesses do Município. O relatório que leu fez com que levasse uns quantos minutos a chegar à conclusão sobre responsáveis. Com certeza irão dizer que é ser superficial, mas prefere dizer que são alguns anos “a virar frangos”. O que o preocupa aqui é que da parte da Câmara Municipal, até agora, ainda não há conclusões, ao fim de dois meses, e segundo o senhor Presidente da Câmara a ideia é analisar o relatório com calma, muita calma, ao longo do tempo. Isto, segundo o senhor Deputado, traz alguns possíveis problemas, um dos quais

deixou como exemplo, a empresa RUCE, construtora do Palacete. No dia vinte e um de abril foi “brindada” com mais uma empreitada no valor de cento e cinquenta mil euros. A empresa RUCE é um dos possíveis, segundo o relatório, responsáveis pela derrocada. Não deveria o relatório já estar bem estudado para não andar a “dar prémios” a alguém que possa ser infrator? Perguntou. -----

----- **Alexandre Marques** – O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e referiu que vem pedir esclarecimentos sobre a intervenção do senhor Deputado Filipe Jorge. O projeto Flamingo desde o início que não funcionou a 100%. Um dos arejadores nunca funcionou. Neste momento, estão dois arejadores inoperacionais e está só um a funcionar. Pior do que tudo, neste momento, o projeto Flamingo foi vandalizado. Roubaram uma parte dos painéis solares e, por isso, carece de um outro tipo de atenção e não de uma resposta dada à pressa. Por fim, referiu que em vez de exorcizar o partido que representa o senhor Deputado Sidónio Sansana deve pensar-se nas coisas noutra perspetiva. Não gostou do que ouviu aqui. O senhor Deputado Alexandre Marques é uma das pessoas que está no programa da rádio que o senhor Presidente referiu, o programa “Em desacordo”, e é completamente contra aquilo que é a “lei da rolha”. O relatório saiu, foi analisado e foi debatido, porque o CDS gosta de preparar as reuniões e os assuntos a debater, e não vê qualquer tipo de problema de ele ter sido levado à rádio. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu autorização ao senhor Presidente da Mesa para ser o senhor Vice-Presidente a responder à questão dos arejadores do projeto Flamingo. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e esclareceu que houve problemas com os arejadores logo de início, mas convém ressaltar que foi sempre feito em conjunto, desde o início, com a Junta de Freguesia, assim como a solução encontrada. Entretanto, decorreram também alguns problemas dessa solução encontrada, que se tentaram resolver e tem havido algumas dificuldades. O equipamento foi escolhido de acordo com o caderno de encargos, mas às vezes as coisas não são perfeitas. Os serviços da Câmara Municipal têm estado atentos. O Eng.º André Nunes tem estado a tratar com a Junta de Freguesia, mas até agora não foi possível arranjar solução. O senhor Vice-Presidente reconhece algum atraso por parte da Câmara Municipal e vai ver se finalmente se consegue colocar todos os arejadores a funcionar, mas houve realmente um problema que se terá de ultrapassar e irá o assunto ser trabalhado em conjunto com a Junta de Freguesia. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal retoma a palavra para começar por responder ao senhor Deputado Juan Carlos Martins, dizendo que, em relação ao 25 de abril, está solidário com a observação feita pelo senhor Deputado Juan Carlos Martins. -----

De seguida, em relação ao projeto “O Afonso Alerta”, disse que a apresentação foi feita propositadamente num ambiente mais alargado, e é um projeto para continuar noutra contexto, nomeadamente em sala de aula. Porém, este ano, até pela questão que esteve subjacente a esta iniciativa, pensou-se fazer algo maior. Este projeto foi muito bem acolhido, quer pelos professores, quer pelos alunos, quer pelas entidades que lá estivera. O senhor Presidente fez questão de destacar

a presença, nesse evento, do pai do Afonso, momento bastante significativo, pois foi o cumprir de um desejo por ele exprimido na altura. -----

No que respeita à reunião com as IPSS, a mesma aconteceu de facto por solicitação da Câmara Municipal e teve a ver também com a questão aqui falada do 2º e 3º Ciclos e do Pré-Escolar. É preciso dar respostas, nomeadamente na questão das creches, porque a partir do momento que começaram a ser gratuitas a procura aumentou brutalmente e, neste momento, o Concelho de Vagos tem uma falta de lugares de creche muito grande, bem com de respostas sociais no âmbito da 3ª idade. Continuando, disse que aquilo que solicitou, na altura, ao senhor Diretor da Segurança Social foi uma reunião para esclarecer estes assuntos. Entretanto, chegou à conclusão que o que fazia sentido era que ele transmitisse, em conjunto com a sua equipa técnica, a todas as IPSS's do Concelho de Vagos as possibilidades de soluções para os vários problemas que estavam a ser levantados. -----

Quanto à questão dos transportes públicos foi feita a conferência de imprensa na passada semana. Vão ser mais de cento e vinte autocarros que serão colocados à disposição dos onze Municípios da Região de Aveiro, sendo que no caso de Aveiro não está abrangida a parte urbana. O processo iniciará no dia um de agosto, e as equipas estão a ser montadas. Com certeza haverá problemas no início, mas oportunamente haverá oportunidade de confirmar o serviço. Para já está tudo a correr bem. Foi um processo muito árduo, que começou em dois mil e vinte, o primeiro concurso, mas antes disso houve toda a recolha de informação que não existia. Entretanto, lançou-se o primeiro concurso que ficou deserto e teve de se lançar o segundo concurso público internacional. Este processo teve o visto do Tribunal de Contas em pouco mais de um mês, num processo delicadíssimo, sinal de que o processo é bastante claro. O que se anseia é que o serviço comece em breve e os autocarros comecem a circular pelo Concelho. Os autocarros irão passar por sítios onde nunca houve transportes públicos, como, por exemplo, as zonas industriais. -----

Em relação à recolha de RU, disse que, para já, não há qualquer apontamento de nenhuma anormalidade. A grande anormalidade que tem havido é por força daquilo que têm sido as regras que o Governo tem estabelecido. A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro já decidiram interpor uma providência cautelar. Neste momento, com as regras que estão, com as taxas de resíduos que se está a pagar, somada à autorização que a Entidade Reguladora deu para aumentar a tarifa na ERSUC, entre a recolha e o tratamento estamos a falar de um valor de cem euros, por tonelada, o que se torna incomportável para os Municípios e, obviamente, inviabiliza qualquer tipo de investimento que se possa ter que fazer nesta área. Aliás, a questão que se quer avançar, não só com o projeto do Ecocentro, mas sobretudo o projeto mais urgente, que é a recolha dos resíduos orgânicos, está seriamente comprometida com este “escândalo” que todas as Autarquias vivem com estes valores absurdos, que são a recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos. -----

Em relação à vinda do senhor Primeiro-Ministro ao Concelho, a mesma foi tratada diretamente com o Gabinete do senhor Primeiro-Ministro em conjunto com a UNIBIKE. Esta foi a primeira visita no

âmbito de alguns projetos de grande qualidade que o senhor Primeiro-Ministro quis mostrar ao país e começou por Vagos. Um reconhecimento do trabalho que tem vindo a ser feito no desenvolvimento económico. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Hugo Santos, relativamente aos alcatroamentos em Ouça, disse que a empreitada já foi lançada. Durante a primeira semana do mês de julho terminará o prazo para apresentação de propostas e depois será lançada a adjudicação. Se houver concorrentes entre agosto e setembro estarão reunidas as condições para se começarem os alcatroamentos. Se não houver concorrentes, ter-se-á de lançar novo concurso. -----

Em relação às questões do PRR, nomeadamente as duas situações que foram colocadas pelo senhor Deputado Hugo Santos, Unidade de Saúde de Soza e de Ponte de Vagos, as mesmas não estão incluídas. Foram sinalizadas para o Portugal 2030 e terá de se aguardar pela negociação que está a ser feita junto da CCDR. -----

Quanto às questões sobre a educação, e aqueles milhões que foram todos lançados hoje, chegou-se finalmente a acordo entre o Governo e ANMP, mas só inclui o 3º Ciclo e Ensino Secundário. Como não contempla a questão dos 1º e 2º Ciclos, isso será também objeto de negociação do Portugal 2030 entre a CCDR e as Câmara Municipais, via CIRA. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar, relativamente à Comissão de Trânsito, disse que esta reúne, normalmente, de quinze em quinze dias para analisar vários assuntos. Nesta última reunião analisou o assunto da proibição do tráfego de viaturas pesadas e algumas vezes também se pronuncia sobre alguns pedidos das Juntas de Freguesia. O trânsito de pesados à porta do senhor Deputado Óscar Gaspar aconteceu porque o GPS estava a indicar aos camiões para seguirem pela Rua Porto Gonçalo, e depois chegavam à Rua da Fonte e ficavam encurralados. -----

Em relação ao atendimento da secção de obras só da parte da manhã, trata-se de uma medida muito antiga, mas a senhora Vereadora e a nova Chefe de Divisão atendem a qualquer hora do dia. No entanto, o Governo também devia providenciar para que outros serviços públicos, como as Finanças e a Conservatória, funcionassem com a normalidade que os serviços de atendimento da Câmara Municipal têm. -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. Contudo, entendeu por bem prestar alguns esclarecimentos em algumas áreas. Assim, começou por dizer que a informação escrita tem como referência a data de nove de junho de dois mil e vinte e três, porque foi feita a recolha de toda a informação até esse dia. Porém, existem alguns eventos posteriores. Assim, desta vez, fez questão - até por causa de alguns equívocos que surgem aqui nas

Assembleias - de os incluir para não criar nenhuma dúvida aos membros da Assembleia. Nesse sentido acrescentou informação relativa ao Gândara TourSensation e à visita do senhor Primeiro-Ministro. Continuando, relativamente à questão do Palacete, disse que - até para que as pessoas que estão lá em casa entendam aquilo que quer dizer, porque não têm acesso à documentação e podem ficar com a ideia de que não é prestada toda a informação necessária - a Câmara Municipal recebeu o relatório neste período, o tal relatório que o senhor Deputado Sidónio Sansana teve acesso. Nunca se quis impor a ninguém a “lei da rolha”, mas quando está em causa os interesses do Município tem de haver alguma cautela, porque se há uma questão com entidades externas e se está a ser exposto tudo aquilo que são as armas para a defesa, o que se está a fazer é a dar armas ao adversário. Não é uma questão da “lei da rolha”, mas sim uma questão de se ter cuidado na gestão de alguns dossiers. O senhor Presidente também que não classificou este documento como sendo secreto, até porque não o podia fazer. O que fez, simplesmente, foi fazer referência na reunião de Câmara a essa cautela, porque esse relatório nem partilhado foi com os vereadores do Executivo. A senhora Vereadora pediu e, obviamente, cumprindo os desígnios daquilo que é o Estatuto da Oposição, enviou-lhe o relatório. Disse também que o relatório, na componente política, só foi lido por ele e pela senhora Vereadora Sara Caladé que, por ser da área, Eng<sup>a</sup> Civil, tem mais conhecimentos técnicos. Há que ter muito cuidado na gestão dos documentos, porque este é um assunto sensível. O senhor Presidente leu para todos aquilo que se fez quando recebeu o relatório, que aqui se transcreve: *“Informo que recebemos o relatório da FUNDEC 22/2023 referente à caracterização pericial da estrutura edificada do Palacete Visconde de Valdemouro. Na sequência realizámos uma reunião com a equipa de advogados dando-lhe conhecimento do relatório recebido com o propósito de definir a estratégia forense e dos passos subseqüentes a prosseguir, que serão os seguintes: a) conclusão do projeto de alterações a introduzir ao projeto original da reabilitação do Palacete Visconde de Valdemouro.”* -----

Continuando, e agora também em resposta à intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana, o senhor Presidente esclareceu que não foi dado nenhum prémio à RUCÉ. Simplesmente, lhe foi adjudicado um trabalho que tinha de ser adjudicado. Ao ruir parte do edifício, aquilo que teve de ser feito, imediatamente, com o projetista e o empreiteiro, foi definir as partes do edifício que teria de se por a baixo, para não colocar em causa toda a estrutura do edifício e a própria segurança de quem está a fazer esse trabalho. O objetivo da Câmara Municipal era manter a fachada sul com a escadaria e aquilo que foi afirmado, e reafirmado, por diversas vezes, pelos projetistas, é que não havia condições para manter essa parede e teria de ser demolida, sendo certo que irá ser reconstruída de acordo com aquilo que lá estava, com a traça e todas as características do edifício. -----

De seguida, continuou a leitura, que aqui se transcreve: *“b) Envio do projeto referido, na alínea anterior, ao empreiteiro para que este apresente a sua proposta de trabalhos complementares; c) rececionada a proposta do empreiteiro, elaborará à fiscalização a sua informação nos termos do parecer jurídico formulado; d) será celebrado o contrato adicional da empreitada para a realização dos respetivos trabalhos complementares, de acordo com o código da contratação pública; e) o contrato com toda a sua documentação associada será enviado ao Tribunal de Contas para*

*certificação e validação de todo o procedimento. Ainda assim, reforço e concluo eu, a imagem e traço original do Palacete não será afetada e que teremos exatamente a imagem do Palacete reposta e a defesa dos interesses do Município inteiramente assegurados. Aliás, é isto que digo desde setembro quando o Palacete veio a baixo. Portanto, não há nenhuma alteração nem nenhum secretismo embora, e volto a chamar à atenção, é necessário fazer uma gestão mais parcimoniosa desta informação.”* -----

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e disse que o senhor Presidente optou por um novo tema na sua informação e deixou uma nota prévia em relação à parte financeira, ou seja, aquilo que se conclui é que, até meados do ano, o nível de investimento está a cerca de 20% daquilo que era previsto. Portanto, é preciso que os senhores Deputados do PSD se preparem para voltar à velha rábula de orçamento em orçamento. Em relação à intervenção do senhor Presidente da Câmara disse que percebe-se bem o que disse, porque o que está por escrito não diz muito. Há aqui uma lacuna imensa nesta informação do Presidente que parece, como se viu, bastante mais preocupado em saber como é que o relatório passou do CDS para outras pessoas do que com o seu conteúdo e quais as suas consequências. O relatório chegou às mãos da Câmara há dois meses e o senhor Deputado considera que o que os vaguenses querem saber são três coisas: 1ª - Causas da derrocada - O relatório diz ou não porque é que houve ou não a derrocada; 2ª - Qual a situação atual da obra - O que se vê ali, e o que os vaguenses vão dizendo, é que aquilo, de facto, é uma obra de fachada; 3ª - Consequências da derrocada - Em termos de prazos e em termos de custos. É com tudo isto que os vaguenses estão preocupados. Se as obras vão atrasar face ao que estava previsto, o que é que vai custar mais e quem é que se responsabiliza pelo que aconteceu. De facto, aquilo que o senhor Presidente leu naquelas alíneas não dão resposta a nada disto e é isso que se pergunta, ou seja, o que é que aconteceu, qual a situação, quais as consequências e quem é o responsável pelo que aconteceu. De seguida, questionou se esta questão da contenção da fachada tinha mesmo de ser entregue a quem esteve envolvido objetivamente na derrocada. Por fim, referiu-se à intervenção do senhor Presidente da Câmara em que realça a vinda do senhor Primeiro-Ministro a Vagos e refere que, com esta visita, foi possível salientar o trabalho desenvolvido pelo Município nos últimos dez anos. Neste contexto, perguntou: Tendo em conta que foi para realçar o trabalho desenvolvido pelo Município, a questão que se coloca é porquê os dez anos? Qual é a referência do senhor Presidente da Câmara para dez anos? Aquilo que o senhor Presidente está a querer fazer é a envolver os presentes numa intriga partidária e o que está a dizer é que no tempo do Dr. Rui Cruz não havia desenvolvimento económico, é disso que se trata? Perguntou. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e começou por saudar a novidade que o senhor Presidente da Câmara deu de que a partir de agora procurará incluir informação mais atualizada. Se isto tivesse já sido feito na Assembleia Municipal de vinte e um de abril poupavam-se alguns mal-entendidos posteriores. Nessa sessão, o senhor Deputado disse que colocou questões e comentou o facto de a informação na altura não ter uma única linha sobre o Palacete. No entanto, agora fica-se a saber que esta adjudicação à empresa RUCE foi feita precisamente no dia vinte e um de abril. O relatório não se sabe exatamente quando chegou, mas

poderia ter sido há já alguns dias antes. Se essa informação na altura tivesse sido dada muita coisa à posteriori seria evitada. Entretanto, referiu-se à dívida e disse que na sessão de vinte e um de abril lhe pareceu ouvir dizer que a dívida se iria notar, descendo nos próximos dias, mas o que se vê agora é que apesar de tudo há aqui mais meio milhão de euros de dívida e pelas contas do senhor Deputado, a menos que haja aqui alguma coisa que não esteja a considerar, o Município deve estar a menos de dois milhões de euros do limite legal de endividamento. Na semana passada foi surpreendido com um comentário, ou seja, alguém disse que a obra de ligação da A17 à ZIV ia arrancar. No entanto, presume que aquilo que vai arrancar serão as aquisições de alguns terrenos. É isso? Questionou. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e começou por responder ao senhor Deputado Sidónio Sansana, esclarecendo que a informação do Presidente, para vir aqui com rigor, tem de ser pedida aos serviços, e, como se deve calcular, para se poder enviar a informação a tempo, de acordo com a lei, tem de se solicitar com alguma antecedência. Se alguma informação não viesse hoje, pelo facto dos factos terem ocorridos depois do dia nove de junho, viria na próxima sessão. A questão dos mal-entendidos só se criam porque se quer. Se o senhor Deputado tem dúvidas em algum assunto, o que tem a fazer é chegar aqui e colocar as questões que quer ver esclarecidas, que o Presidente da Câmara responde. O Presidente da Câmara, disse, nunca deixou de responder a uma questão que fosse. O que acontece é que o senhor Deputado está sempre a fazer insinuações, e esta intervenção que fez agora até decorreu com alguma crítica política, que aceita. O que não aceita são as insinuações que faz. Os ataques políticos não são o problema, quanto a isso tudo bem. O que considera que se deve trazer para esta Assembleia é um debate político com altivez, com alguns ataques, mas com elevação. Não há mal nenhum em se fazer o debate dessa forma aqui. Enquanto o senhor Deputado quiser debater dessa forma, conta com o Presidente da Câmara para responder às questões todas. É muito difícil haver uma Assembleia em que o Presidente não responde às questões que lhe são colocadas. O que pode acontecer é não gostarem das respostas, mas isso aí já é outra questão. Assim, em relação à questão da informação, por força das circunstâncias, decidiu fazer este esclarecimento. A informação vem dos serviços e depois é concentrada e são enviados os anexos que vêm diretamente desses serviços. Os membros da Assembleia têm acesso a tudo. -----

Em relação à questão da dívida, o senhor Deputado está a fazer mal as contas relativamente à capacidade de endividamento. Ainda assim, esta dívida, se tomar boa nota, o resumo diário de tesouraria acusa um saldo de operações orçamentais de novecentos e setenta e dois mil euros, o que significa que a estes treze milhões quatrocentos e trinta e um euros tem que retirar este valor que entretanto irão ser utilizados para fazer pagamentos. -----

Relativamente à ligação da A17 à ZIV, neste momento, já foram adquiridos 70% das parcelas necessárias para a obra. Por fim, o senhor Presidente disse que sabe que o CHEGA tem dificuldades em lidar com estes números, tendo sido uma das questões com que o atacou na campanha eleitoral referindo que a Câmara Municipal nunca conseguiria comprar aquelas parcelas. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar, disse que, aquando da visita do senhor Primeiro-Ministro, fez questão de referir o número de parcelas que foram adquiridas no Parque Empresarial de Soza, e foram na casa dos milhares. Bem se sabe que é difícil reconhecer esse trabalho e esse mérito à Câmara Municipal e a estes dez anos de Executivo, aqueles que tem de prestar contas, enquanto Presidente do Executivo, e mais aqueles doze anos que o PSD tem a frente da Câmara Municipal. Agora, obviamente, disse, compete-lhe, enquanto Autarca, referir-se ao balanço do trabalho que efetuou nos últimos dez anos, em conjunto com a equipa que constituiu e com a Assembleia Municipal, e aos frutos que colheu desse trabalho. O senhor Presidente da Câmara disse que não tem nenhum poder para convencer o senhor Primeiro-Ministro para vir ao Concelho de Vagos. Se ele veio é porque reconhece o trabalho feito, e escolheu o Município de Vagos. Isso é motivo de reconhecimento. O facto de ter feito referência aos dez anos é por ser o período em que é líder do Executivo e, portanto, tem como sempre teve, vontade de prestar contas do trabalho feito, mas, obviamente, não despe a camisola de ter sido também corresponsável pelos doze anos de liderança do Dr. Rui Cruz, e nos últimos quatro com mais responsabilidades, enquanto Vereador, e nos outros oito com alguma responsabilidade, enquanto Membro da Assembleia Municipal. Uma coisa não se consegue sem a outra e, por isso, não deixa de reconhecer esse trabalho, mas tem de destacar o trabalho feito enquanto líder do Executivo Municipal, porque é isso que os eleitores pedem ao Presidente da Câmara enquanto Autarca e político, ou seja, que lhes preste contas. -----

Em relação às consequências da derrocada, remete novamente para o relatório a informação que prestou. Ainda não se sabe quanto tempo vai demorar, porque estamos à espera do projeto. Estando a aguardar o projeto não se consegue saber quanto se vai pagar a mais, porque o novo projeto vai trazer um custo adicional, mas, por outro lado, não vão ser feitas coisas que estava previstas no anterior projeto. Portanto, entre o deve e o haver é que se chegará a um número. Tudo isto está absolutamente de acordo com o Código da Contratação Pública e, obviamente, pela sensibilidade e diferença de situações do dia-a-dia estamos a trabalhar em conjunto com o Gabinete Jurídico, que presta apoio, e está a assessorar e a ajudar para que se possa defender os interesses do Município. Quanto às questões do orçamento e da execução, no final, discutir-se-á. Agora, há uma questão, isto é, o senhor Deputado não está habituado a que o Governo preste contas, e aqui na Autarquia também nunca tiveram de prestar contas. A diferença entre o Governo e uma Câmara Municipal é que esta apresenta um orçamento e depois tem de prestar contas, enquanto o Governo só tem de apresentar orçamento e não tem de prestar contas. As autarquias também não fazem como o Governo, ou seja, não fazem cativações e não recolhem dos cidadãos a maior carga fiscal de sempre, como recolherem em quatro meses aquilo que deviam executar num ano e estar a guardar essas “pérolas” para dar depois em ano eleitoral. É esta a tática do Governo, que não é a tática do Município e, por isso, continua a trabalhar e a executar dentro daquilo que são as suas disponibilidades financeiras. -----

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que percebe bem a dificuldade do senhor Presidente da Câmara, membro do Conselho Nacional do PSD,

de que o bom resultado económico do país possa levar o Partido Socialista a ganhar eleições. Aliás, ouviu-se o Dr. Montenegro, pessoa muito “querida” neste Concelho, como todos sabem, na semana passada confessar que se para o ano perder por dois não é mau. Há uma preparação, quer externa quer interna, que é um reconhecimento, no final, de que se fala muito, mas a economia está como nunca esteve. Agora com referência a Vagos, o senhor Deputado recoloca as perguntas, porque ninguém leu o relatório, e quem o tem é a Câmara Municipal e não o quer dar, e está no seu direito. Assim, segundo o relatório, quais as causas da derrocada, porque o senhor Presidente respondeu que não se sabe ainda. O Presidente da Câmara assume, à data de hoje, finais de junho, que não sabe exatamente quais serão as consequências da derrocada? Há pouco tentou o bonito, comprometendo-se a que tudo volte ao que estava, mas ainda agora confessou que não sabe sequer quanto é que vai custar a obra. -----

----- **Hugo Jorge** – O senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e referiu que aquele edifício não estava bom e às vezes esquecem-se disso e tentam fazer um bocado de política com uma coisa que não estava boa. Há uns anos quando esteve no Concelho o Presidente da República Jorge Sampaio e o senhor Deputado viu uma multidão tão grande preferiu não entrar no Palacete. Aquele edifício não estava bom há muitos anos. Num mundo ideal tudo tinha corrido muito bem, casava-se um edifício com o outro e nunca haveria problemas. Quem se deslocar a Guimarães, o Castelo que lá está, como se vê não é do século XI; os Jerónimos já estiveram muito estragados, por causa do terramoto, e tiveram de ser arranjados. O Palacete, e “se calhar ainda bem”, cedeu e vai ficar melhor. Claro que terá que haver respostas, do porquê. O senhor Presidente já disse que não se recusa a essa resposta, provavelmente ainda não a tem. Os custos financeiros terão que se apurar no fim, mas o senhor Deputado pensa que a solução é a melhor. Seria muito pior o edifício ter problemas depois das obras terminadas. Isso seria pior do que aconteceu. Não foi bonito o que aconteceu, mas irá ser resolvido. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e, em resposta ao senhor Deputado Óscar Gaspar, disse que o que havia para acrescentar neste ponto é basicamente aquilo que o senhor Deputado Hugo Jorge disse. Obviamente toda a informação será prestada, esclarecida e dada a esta Assembleia nas alturas próprias, quando tiver que ser. Não há aqui nenhum secretismo, mas é preciso gerir a informação e aquilo que é importante para os munícipes é que o Palacete será reconstruído tal e qual como estava e o Município não será penalizado com isso. Pelo menos, é o que se espera. -----

Em relação às Europeias, a intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar fez lembrar uma vitória por “pouquechinho”, que depois deu o afastamento do líder do Partido Socialista, senhor António José Seguro, depois de ter sido traído pelo agora Primeiro-Ministro António Costa. Mas enfim, logo se verá se o povo quer continuar com as “Galambices”, se quer continuar com o ataque aos professores, se quer continuar com a falta de respeito pela Educação e se quer continuar com a falta de médicos e de respostas nos cuidados de saúde. O povo saberá responder a isso tudo. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: PROTOCOLO DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VAGOS AO CONSELHO DE FUNDADORES DA FUNDAÇÃO SERRALVES;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 15/06/2023, que submete à aprovação da Assembleia Municipal a adesão do Município de Vagos à Fundação de Serralves, na qualidade de membro do respetivo Conselho de Fundadores, bem como a aprovação da assunção dos referidos efeitos financeiros plurianuais, correspondentes a 4 prestações anuais, iguais, de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), com incidência nos anos de 2023, 2024, 2025 e 2026, decorrentes do Protocolo de Fundador. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e começou por dizer que podia pegar aqui em muitos exemplos de assuntos já aqui debatidos, como estradas por reparar e que não se faz por não haver dinheiro, mas não vale a pena apresentar uma lista completa. Muitas vezes não há dinheiro para este tipo de coisas que são essenciais, de que as pessoas se queixam quando vem aqui, e depois há cem mil euros para algo que dá uns descontos aos funcionários da Câmara para uma entrada no Museu de Serralves e que é relevante porque há um ator de Vagos que participa na cena de um filme. Enfim, é uma questão de prioridades, mas as prioridades do Concelho de Vagos não são estas, ainda por cima num Município, que se queira quer não, que está com uma dúvida muito grande. Aqui na Assembleia Municipal invoca-se muito o sufrágio, a votação e a maioria que o Executivo Municipal obteve e, por isso, o senhor Deputado pergunta onde é que esta medida está no programa eleitoral do PSD. Por fim, questionou também onde é que este assunto estava referido orçamento para dois mil e vinte e três, votado aqui há poucos meses. -----

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e mostrou-se satisfeito por esta iniciativa da Câmara Municipal, que deve ser de saudar, porque a educação e a cultura são, de facto, uma prioridade para o Partido Socialista e deve ser também para Vagos. Desde logo um aplauso. É uma boa iniciativa, sendo certo que em concreto a proposta aqui apresentada tem aspetos muito positivos e outros menos positivos. Em relação aos aspetos muito positivos para a cultura é que Serralves é, inevitavelmente, uma Fundação com uma obra excepcional e, por isso, uma ligação a esta entidade é sempre bem-vinda e será prestigiante para Vagos. Relativamente aos aspetos menos positivos o senhor Deputado não percebe bem porque é que o Presidente da Câmara tem de evidenciar as grandes vantagens de ter livre trânsito para o representante das Autarquias, nas exposições para os membros do Executivo Camarário e o acesso gratuito ao parque de estacionamento ou convite para as receções exclusivas, atividades e artistas, e convites para cerimónias. De facto, não é para isto que se vai pôr vinte e cinco mil euros por ano na Fundação de Serralves com toda a certeza. Isto será uma catalogação tipo, mas não são estas as vantagens que interessam. O que realmente interessa é que este protocolo saia do papel e seja efetivo e em que os vaguenses percebam que a Câmara está a trabalhar e que o dinheiro, os tais cem mil euros em quatro anos, vão ser bem empregados. Nesse sentido, o grupo municipal do Partido Socialista o que

pretende é que se tome aqui posição sobre a operacionalização deste protocolo. Felizmente, o senhor Presidente da Câmara já disse que este protocolo não é para o momento imediato. Será só sufragado/oficializado em dezembro e, portanto, há aqui seis meses para trabalhar. O protocolo diz, também, que deve haver um plano bianual de atividades. Neste sentido, o desafio é que nestes seis meses se crie o tal plano bianual de atividades, que haja um envolvimento efetivo desta Assembleia Municipal, e que se comece já a encetar diálogo com as escolas do Concelho para que se possa ter todos os miúdos das escolas de Vagos, no próximo ano letivo, a fazer, pelo menos, uma visita aos jardins e às exposições de Serralves. Continuando, e chamando a “*brasa à sardinha de Vagos*”, o senhor Deputado considerou que se poderia aproveitar este protocolo para que se ponderasse, desde já, o recurso às competências específicas de Serralves em termos de Arte Contemporânea, para dar algum apoio no trabalho de catalogação da obra de Paulo Frade, e também se possa permitir a sua divulgação futura. O grupo municipal do PS fica também com a dúvida e preocupação, sobre se a Câmara Municipal tem capacidade técnica para acompanhar este tipo de projetos. Vagos irá ter o Centro Cultural, logo que seja possível, e tem este bom protocolo com Serralves. Terá desejavelmente mais iniciativas e seria bom que a Câmara Municipal se comesse a preparar para receber e ter programação cultural à altura. Para terminar, deixou uma nota de pormenor, ou seja, o senhor Presidente assinou estes documentos que enviou aos membros da Assembleia Municipal no dia dez de junho. Como se sabe este dia é feriado e é um sábado e lembrou que um grande responsável político de Portugal já teve problemas por causa de um diploma ao domingo, e, por isso, convinha que o senhor Presidente da Câmara tivesse atenção quando é que assina os documentos.

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – Entretanto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para proceder à leitura do requerimento entregue à Mesa pelo grupo municipal do PS, que aqui se transcreve: *“Tendo em conta que o protocolo de adesão do Município de Vagos ao Conselho de Curadores da Fundação Serralves tem um grande potencial de promoção da cultura em Vagos, e junto dos vaguenses, e procurando que o mesmo se realize em ações concretas possa envolver o maior número de cidadãos e tenha em conta as especificidades do Concelho. Os Deputados Municipais do PS requerem que: 1- A Câmara Municipal de Vagos estabeleça desde já protocolos com as escolas do Concelho, no sentido de garantir que todos os jovens de Vagos possam usufruir de uma ida a Serralves no próximo ano letivo; 2 – Representantes da Assembleia Municipal de Vagos sejam envolvidos na elaboração do plano bianual de colaboração entre o Município e a Fundação Serralves; 3 – se pondere, desde já, o recurso às competências especiais e reconhecidas da Fundação Serralves para o apoio de trabalhos de catalogação da obra de Paulo Frade e a sua futura divulgação. Nota: os pontos do requerimento podem ser votados de forma autónoma. Vagos, vinte e três de junho de dois mil e vinte e três.”* -----

Terminada a leitura do requerimento, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que não vê inconveniente nenhum na votação deste requerimento mas, desde que todos estejam de acordo, faz mais sentido que o requerimento seja submetido a votação depois do ponto ser discutido e de o protocolo ser votado, embora o Regimento da Assembleia Municipal refira que deve ser votado imediatamente à sua entrega à Mesa. -----

Os senhores Deputados concordaram que a votação fosse feita no final, pelo que a discussão do ponto prosseguiu. -----

----- **Juan Carlos Martins** – O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por comentar a diferença entre as duas intervenções que foram feitas sobre este assunto. Solicitou ao senhor Deputado do CHEGA que assumisse diretamente que é contra a cultura em Vagos e saudou a posição do grupo municipal do PS, referindo que o senhor Deputado Óscar Gaspar acabou por dizer tudo o que havia para dizer e não podia esta mais de acordo com o que foi dito. O próprio PSD acompanhará as propostas e tudo o que venha sobre Serralves. As brincadeiras do estacionamento e do livre trânsito fazem parte de um protocolo tipo que está ali. O senhor Deputado também considera que em bom tempo chega a esta Assembleia Municipal uma proposta deste género e recordou que há bastantes anos que se fala da cultura, daquilo que se fez e do que se podia fazer no Concelho de Vagos, e ao ler o que está aqui proposto pela Fundação Serralves provavelmente estes vinte e cinco mil euros não serão suficientes para aquilo que se pode fazer. O senhor Deputado Juan Carlos também acompanha o Partido Socialista na questão de se fazer uma proposta de desenvolvimento, embora não esteja muito de acordo com a questão dos seis meses. O PSD acompanha este protocolo e depois, a discutir acompanhará também a proposta do Partido Socialista. -----

----- **Alexandre Marques** – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que já tudo foi dito e, por isso, nada mais haverá a manifestar senão a tendência de acordo do grupo municipal do CDS. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, reiterando a pergunta que anteriormente tinha feito, questionou o grupo municipal do PS se vê algum impedimento em que o requerimento seja discutido e votado a seguir à votação do ponto da ordem de trabalhos. O grupo municipal do PS não se pôs. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – De seguida, o senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. -----

**Em relação à intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana**, começou por dizer que em tempos vigorou um regime em Portugal que impedia o povo de ter acesso à cultura e à educação. Um povo que não é educado, que não tem acesso à educação e à cultura, tem a tendência em ser mais “molezinho”. O senhor Presidente enquanto tiver responsabilidades políticas procurará sempre garantir que o povo do seu Município, Vagos, terá aquilo que serão as melhores soluções em todas as áreas, no desenvolvimento económico, no desporto e nas obras públicas, mas também não se pode limitar só a isso. Apostar na educação e na cultura são dois vetores fundamentais para o desenvolvimento de um povo. O que se espera é que nunca mais se volte ao tempo em que o povo era restringido ao acesso à educação e à cultura. Esta é a resposta que o Presidente da Câmara tem para o senhor Deputado Sidónio Sansana. Enquanto Presidente, e aqui estiver, será assim, e, nem a conversa demagógica de que vinte e cinco mil euros dava para alcatroar uma estrada, convence. A própria intervenção se classifica a si própria. Este protocolo com Serralves não estava especificamente no plano eleitoral, mas estava explicitamente o apoio à cultura no Concelho de

Vagos. Naquele regime de prestação de contas, que considera que todos os políticos têm que ter, todos os programas eleitorais, quer o de dois mil e treze, quer o de dois mil e dezassete e, se tudo correr bem, o de dois mil e vinte e um, será sempre acima dos 80/85%. Também se podem fazer mais coisas do que aquelas que estão no programa eleitoral, mas o que se deve fazer é tentar cumprir o programa ao máximo e isso foi a palavra dada, pelo PSD, ao povo de Vagos. Nesse sentido, ir-se-á sempre tentar cumprir com aquilo que são os compromissos do PSD com os eleitores. Em relação ao protocolo, e respondendo simultaneamente aos senhores Deputados Óscar Gaspar e Juan Martins, disse que ele foi feito por todas as razões já referidas, e pelos aspetos que os senhores Deputados Juan Martins e Óscar Gaspar fizeram questão de ressaltar. O que se tem de fazer é operacionalizar isso. Neste momento há um recurso mais afeto a esta área, e há alguém conhecido e que tem capacidades nesta área, mas não está exatamente nestas funções na Câmara Municipal. Tem sido dedicada alguma atenção a esta área precisamente com vista a trabalhar estas questões para o futuro. A Câmara Municipal procura sempre envolver os agentes. Já quando foi do Palacete envolveu-se a Filarmónica Vaguense, o Teatro Fantástico e o Museu do Brincar, na elaboração do projeto, para depois poder vir a ser utilizado por essas mesmas entidades. Os agentes ligados à cultura são poucos. Agora, tendo aqui um suporte como a Fundação de Serralves, a operacionalização entre todos poder-se-á fazer com mais rigor e com mais conhecimento técnico. Por exemplo, em relação à catalogação da obra do falecido Paulo Frade, a Câmara Municipal tem andado à procura de uma entidade para executar esse serviço e não tem sido fácil. Este protocolo poderá ser a solução. Este é um dos artistas vaguenses que merece esse cuidado e junto dos familiares já houve esse contacto e, portanto, essa questão está sinalizada. Para o Município de Vagos será muito importante aprovar este protocolo. Todas as contribuições são bem acolhidas e se os restantes grupos municipais quiserem apresentar alguma proposta estão à vontade para o fazer, assim como outras medidas na área da cultura. -----

----- **Sérgio Martins** – O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que quando leu o protocolo ficou um pouco perplexo. A primeira leitura que fez deixou-o um pouco sem saber o que pensar. Entretanto, rapidamente se deu o “click”, porque, tal como já aqui o disse por diversas vezes, há uma dificuldade terrível em fazer memória da nossa história. Ontem e hoje nas notícias assistiu-se, constantemente, a “assassinatos” daquilo que é a nossa memória, a monumentos e tudo aquilo que foi construído com todas as limitações e dificuldades. Ao mesmo tempo o senhor Deputado sentiu o orgulho de pertencer a um Município que dá um salto gigante nesta matéria. Não basta só dizer que se defende uma educação de qualidade, livre para todos, apoiada para todos, e uma cultura, e depois esquecer de fazer aquilo que é básico, para ir mais além. Numa primeira leitura, fica a sensação que o protocolo rapidamente se esvazia, mas não, é uma potencialidade enorme que tem de ser bem aproveitada e o Município de Vagos tem essa característica e sabe e vai aproveitá-la seguramente. Este protocolo irá beneficiar Vagos, e os vaguenses, e vai continuar a história de Vagos como todos tanto querem. -----

----- **Juan Carlos Martins** – O senhor Deputado Juan Carlos Martins voltou a usar da palavra e referindo-se ao requerimento apresentado pelo grupo municipal do PS informou que o grupo

municipal do PSD acompanha o mesmo e é de opinião que deve ser votado ponto a ponto. Quanto ao primeiro ponto, o estabelecimento de um protocolo, desde já, com as escolas do Concelho, houve o cuidado de falar com o Vereador Pedro Bento. O intuito era perceber qual era a dificuldade em fazer isto. Quando o senhor Deputado Óscar Gaspar fala em seis meses aquilo que o senhor Juan Carlos deduziu, depois da conversa com o senhor Vereador, é uma dificuldade em estabelecer estes protocolos em tão curto espaço de tempo. O senhor Vereador disse que o Agrupamento de Escolas não havia pedido nenhuma visita de estudo este ano e, por isso, poderá haver alguma dificuldade. É óbvio que o grupo municipal do PSD concorda com esta proposta, mas a forma como está escrita poderá não ser a melhor. Se houver a possibilidade de corrigir o “desde já”, porque esta expressão quase que assim o obriga. Quanto ao segundo ponto, o PSD está disponível para fazer parte deste grupo de representantes da Assembleia Municipal. Quanto ao espólio do Paulo Frade não há dúvidas nenhuma. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e referiu que em relação à votação do requerimento não se pronuncia, mas quis deixar uma nota que há pouco se esqueceu de dizer, em relação aos despachos ao fim de semana, a que se referiu o senhor Deputado Óscar Gaspar. Nos dias de hoje, com as tecnologias evoluídas como estão, se fosse a reparar para isso seria complicado, porque faz muitas vezes despachos fora de horas, às três e quatro da manhã. Do ponto de vista administrativo não é uma questão grave, porque não é necessário estar na Câmara Municipal para fazer despachos, estes podem ser feitos em qualquer parte do universo. A maior parte dos despachos são feitos on-line. -----

----- **Hugo Jorge** – O senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e referiu que no primeiro ponto do protocolo não lhe causa muita estranheza a questão do “desde já”, porque as coisas têm o seu timing. Para já as escolas têm as suas dinâmicas e em setembro/outubro terão os seus planos de atividades e esta questão poderá ficar contemplada para o próximo ano letivo. Agora o importante é que a Câmara Municipal procure estabelecer este contacto, e disponibilizar-se para fazer este protocolo, e que os professores se sintam motivados para isso, ou seja, para aceitarem e colaborarem. Tendo em conta as últimas lutas dos professores, já houve casos de professores a desmarcarem visitas de estudo, e isso foi uma arma que alguns usaram nesta luta. Quanto a tudo o resto, está perfeitamente de acordo. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e referiu que entende a questão que o senhor Deputado Hugo Jorge aqui levantou, que é uma situação com a qual terá de se lidar. Do ponto de vista da Câmara Municipal o senhor Presidente considera importante haver as visitas de estudo, mas também compreende a luta dos professores e não pode fazer nada quanto a isso. Este protocolo só irá ser certificado e assinado pela Fundação Serralves em dezembro, mas o considera importante, e não vê qualquer inconveniente, e o senhor Vereador Pedro Bento também não, incluí-lo no complemento das atividades letivas do próximo ano letivo. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com um voto contra, do senhor Deputado do CHEGA, aprovar a adesão do Município de Vagos à Fundação de Serralves, na qualidade de membro do respetivo Conselho de Fundadores, bem como aprovar a assunção dos referidos efeitos financeiros plurianuais -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o requerimento apresentado pelo grupo municipal do PS, já lido. De acordo com todos os grupos municipais o requerimento irá ser votado ponto por ponto. -----

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e sobre o requerimento referiu que este apresenta três pontos, todos eles diferentes. No primeiro ponto refere “*estabelecer protocolos com as escolas do Concelho desde já*”, porque se está no final do ano letivo e o próximo ano começa dentro de pouco tempo e a ideia é fazer isto entre o momento atual e setembro de maneira a que as próprias escolas possam planear o seu ano letivo. E não se confunda este prazo previsto no número um com aquilo que está no número dois, esse sim, é o tal plano bianual que é suposto ser acordado entre o Município e a Fundação de Serralves. Depois disso, é que se tem seis meses para fazer “o trabalho de casa” e depois o Município entabular aquilo que entender com a Fundação Serralves. Em relação à questão do timing, se as datas são importantes ou não são importantes, não vê inconveniente em retirar o “desde já” e substituir por “procurar estabelecer”, mas parece-lhe que o “desde já” seja importante. Se os documentos que estão no processo são completos esta questão foi espoletada por uma carta da senhora Presidente da Fundação Serralves em fevereiro de dois mil e vinte e dois, e já lá vão dezasseis meses. O Município já perdeu dezasseis meses para implementar estas medidas e, eventualmente, para se ter feito isto já neste ano letivo. Por isso é que há aqui um sentido de urgência para não se perder mais tempo. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar os três pontos que constam do requerimento apresentado pelo grupo municipal do PS: “*1- A Câmara Municipal de Vagos procure estabelecer, desde já, protocolos com as escolas do Concelho, no sentido de garantir que todos os jovens de Vagos possam usufruir de uma ida a Serralves no próximo ano letivo; 2 – Representantes da Assembleia Municipal de Vagos sejam envolvidos na elaboração do plano bianual de colaboração entre o Município e a Fundação Serralves; 3 – Se pondere, desde já, o recurso às competências especiais e reconhecidas da Fundação Serralves para o apoio de trabalhos de catalogação da obra de Paulo Frade e a sua futura divulgação.*” -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO – APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA LOCAL – TAXAS PARA 2023.** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 15/06/2023, que submete à Assembleia Municipal a aprovação das taxas constantes do documento anexo à proposta do Senhor

Presidente da Câmara Municipal, de 12/06/2023, para vigorarem exclusivamente em 2023 e com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2023. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que a intenção desta proposta da Câmara Municipal é boa, é positiva. Tem de haver aqui um ajustamento das taxas para facilitar a vida à economia local, e de alguma forma fomentá-la. Contudo, o senhor Deputado não pode deixar de dizer que esta explicação que aqui é apresentada é lastimável, ou seja, tem pouco por onde se lhe pegue. A informação está atrasada, fala de documentos do Governo que têm vários meses, quando há outros bastante mais recentes com conteúdo mais atualizado. Não faz referência à taxa de inflação mais recente. Há aqui uma confusão tremenda sobre a evolução do turismo, porque é sabido que, nos últimos meses, se houve setor de atividade que puxou pela economia nacional, foi exatamente o turismo, quer o nacional quer o internacional. Também não se percebe bem o conceito de custos fixos indiretos, sendo certo que depois o que diz é que considera que as taxas são um custo fixo indireto e é essa a justificação teórica para esta redução. O Partido Socialista acompanha esta proposta de redução de taxas, mas de qualquer forma acha importante fazer algumas considerações. Esta proposta fica muito aquém daquilo que poderia ir. A Câmara Municipal refere que o que está aqui em causa são vinte mil euros, o que não representa um apoio significativo nem importante. A proposta do PS é que, apesar de tudo, se faça aqui um esforço adicional e que, pelo menos, no caso do Mercado Municipal sejam suspensas, a título excecional, as taxas deste ano. O que está aqui em causa é qualquer coisa como uma banca para venda de produtos hortícolas, três euros e quarenta e cinco cêntimos, e a possibilidade de ter lá um talho por dezanove euros e oitenta. O senhor Deputado pergunta aos membros do Executivo Municipal e aos Membros da Assembleia Municipal há quantos meses é que não vão ao Mercado Municipal. Seria importante passarem por lá e perguntar aos vendedores que lá estão qual é o miserável rendimento que têm. O que se está a falar é de, basicamente, pessoas que têm agricultura de subsistência que fazem ali sete, oito ou onze euros numa manhã de sábado. A Câmara Municipal não ficará, com certeza, mais pobre por abdicar de três euros e quarenta e cinco cêntimos de taxas e, nesse sentido, o grupo municipal do PS entrega um requerimento à Mesa para no caso das taxas correspondentes ao Mercado Municipal, o ponto um do Capítulo VII das taxas, haver suspensão até final deste ano. -

----- **Juan Carlos Martins** – O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que também acompanha esta proposta da Câmara Municipal, mas desta vez não concorda com o Partido Socialista. Em relação ao isentar uma parte e outra não o senhor Juan Carlos, pessoalmente, não concorda, porque as taxas servem também para regular. O senhor Deputado percebe, perfeitamente, os argumentos apresentados, como por exemplo o do agricultor, mas o valor pago serve para conhecimento e para regular aquilo que está. O PSD acompanha a proposta da Câmara Municipal como está, sem as isenções propostas pelo Partido Socialista. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que subscreve inteiramente a intervenção do senhor Deputado Juan Carlos Martins. -----  
**Quanto à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar**, disse que a proposta do Partido Socialista parece um absurdo, porque a Câmara Municipal não tem que saber se uma banca tem mais rendimento ou menos rendimento. O senhor Presidente só gostava que o Partido Socialista de Vagos, que é constituído por gente com poder e com grande influência, pudesse transmitir essa vontade da redução da carga fiscal ao Primeiro Ministro. Não são os três euros e quarenta e cinco cêntimos que a pessoa vai pagar pela banca que vão fazer diferença, e sim 50% de impostos para ter, supostamente, serviços públicos que não tem, como educação, médicos, atendimento nas entidades públicas, não tem respostas. Os portugueses pagam 50% daquilo que ganham de forma direta e mais 20 ou 30% de forma indireta. O que o Governo Socialista faz é ter muita atenção à forma como se apresenta e a fundamentação. A Câmara Municipal de Vagos dá muito mais atenção ao conteúdo. No conteúdo é de opinião que deve haver uma regra igual para todos, até para haver equidade e serem todos tratados da mesma forma. O senhor Presidente pede aos senhores Deputados do PS que façam chegar ao senhor António Costa este apelo, uma vez que o Estado já arrecadou, até ao momento, tudo o que podia arrecadar em impostos até ao final do ano, e que agora devolva algum aos portugueses e não espere por um calendário eleitoral que lhe “dê mais jeito” para depois fazer o “brilharete” e chegar às eleições e ter o voto dos portugueses, enganando-os mais uma vez. Mais um ano a pagar 50% de impostos. Isso é que custa aos portugueses, que é irem aos recibos de vencimento e verem cativados para o IRS e Segurança Social metade do que ganham; é irem às empresas e verem-nas completamente asfixiadas com a carga fiscal que têm; com as obrigações fiscais que lhe são impostas. Os pequenos empresários do País, nomeadamente os senhores que têm as bancas, os talhos, as mercearias, os cafés e os restaurantes, esses é que deviam ter a atenção do Governo, e não os três euros e quarenta e cinco cêntimos que alguém vai pagar da banca de venda de hortícolas no Mercado Municipal de Vagos. -----

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que o senhor Presidente reconhece que há de ter tido um grande impacto a conversa que teve com o senhor Primeiro Ministro. Há um velho princípio da espiritualidade, que também se aplica muito na política, que é “*cada um deve fazer aquilo que tem de fazer*”, a começar pelo Presidente da Câmara. Tudo isto é muito bonito, imputar aos outros. Agora, quando se sabe que a Câmara Municipal podia ter devolvido IRS aos vaguenses e não fez; quando podia reduzir as taxas às pequeníssimas empresas e aos pequenos agricultores de Vagos e não o fez; é sua a responsabilidade. Por fim, o senhor Deputado disse que percebeu que os membros desta Câmara Municipal não vão há muito tempo ao Mercado Municipal, mas estão a matá-lo com a sua ignorância. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para responder ao senhor Deputado Óscar Gaspar, e referiu que é o Partido Socialista que está a matar o país, com a ignorância e o desconhecimento que tem da economia. Se cada um tem de fazer o que deve fazer, então, que o senhor Deputado faça aquilo que lhe pediu. Todos

sabem o que é que o PS está a fazer, ou seja, está a preparar-se para entregar no ano eleitoral uma benesse fiscal aos portugueses, a mesma história já utilizada no passado. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o requerimento entregue à Mesa pelo grupo municipal do PS, que aqui se transcreve: *“Considerando que a Câmara Municipal de Vagos está sensível ao impacto da conjuntura nas atividades económicas locais e reconhece que as taxas aplicadas constituem um custo fixo indireto não devem ultrapassar o benefício auferido pelo particular e visam a promoção de finalidades sociais. Considerando que no conjunto das taxas em causa estão as que se aplicam às atividades no Mercado Municipal de Vagos, ponto um do capítulo VII. Considerando que as atividades do Mercado Municipal de Vagos estão muito aquém do previsto e desejável, que em termos de números como diferenciação de atividades, por exemplo está prevista a existência de talho. Considerando que uma parte importante das pessoas que vendem no Mercado Municipal de vagos estão numa situação de agricultura de subsistência. Os Deputados Municipais do PS requerem que a Assembleia Municipal de Vagos vote pela suspensão, a título excepcional, e para dois mil e vinte e três, das taxas previstas para atividades no Mercado Municipal de Vagos.”* -----

De seguida, o senhor Presidente da Mesa submeteu o requerimento à votação, tendo o mesmo sido **chumbado por maioria**, com os votos a favor dos grupos municipais do PS, do CDS e do CHEGA, e com os votos contra do grupo municipal do PSD. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com os votos a favor dos grupos municipais do PSD e CHEGA, e oito abstenções dos grupos municipais do PS e CDS, aprovar as referidas taxas. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e duas horas e dezasseis minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** \_\_\_\_\_

-----**O(A) Secretário(a),** \_\_\_\_\_